



PESSOAS
2030 PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

Ata da 5.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

Santa Maria da Feira, 14 de novembro 2024

No dia 14 de novembro de 2024, pelas 14h30m, realizou-se a 5ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do Programa PESSOAS 2030, no Europarque, em Santa Maria da Feira, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista nominal de presenças por organismo).

A reunião foi presidida por Ana Coelho, presidente da Comissão Diretiva (CD) do PESSOAS 2030 (Programa Demografia, Qualificações e Inclusão), e coadjuvada pelos Vogais Executivos da CD, Sandra Tavares e Joaquim Bernardo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do CA, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações
2. Resultados da auscultação aos membros do CA
3. Ponto de situação sobre o encerramento dos 3 programas do PT2020
4. Debate sobre o ponto de situação do PESSOAS 2030 (incluindo das condições habilitadoras)
5. Apresentação e aprovação dos Critérios de Seleção de Tipologias de Operação do PESSOAS 2030:
 - Formação de profissionais do setor da saúde
 - Formação de públicos estratégicos
6. Ponto de Situação do Plano de Avaliação
7. Revisão intercalar: Impacto socioeconómico da Política de Coesão e Desafio da Convergência Europeia
8. Outros assuntos

A reunião foi oficialmente aberta por **Ana Coelho**, na qualidade de **presidente do CA do PESSOAS 2030**, que iniciou agradecendo a todos os membros pela presença, salientando a presença de Andriana Sukova, Diretora-Geral Adjunta dos Fundos para a Transição Justa e Análise, da Comissão Europeia (CE).

Fez uma referência ao ambiente vibrante que se vivenciava no Europarque, onde se encontrava a decorrer o Campeonato Nacional das Profissões e o espaço promovido pelo PESSOAS 2030 dedicado a uma Mostra de Ensino e Formação Profissional, que contou com o apoio da Associação Nacional das Escolas Profissionais (ANESPO), do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP) e do Conselho de Escolas. Pelos testemunhos de alguns jovens que estão a fazer os seus percursos académicos nas escolas ficou demonstrado o sucesso desta parceria, tendo sido um momento gratificante que possibilitou dar alguma materialidade aos apoios no âmbito do Fundo Social Europeu. Passou, de seguida, para o primeiro ponto da agenda de trabalho.

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações

A presidente do CA questionou se os membros concordavam com a proposta de ordem de trabalhos previamente comunicada, se pretendiam acrescentar algum ponto adicional ou efetuar algum comentário inicial. Na ausência de resposta, foi a ordem de trabalhos dada como aprovada.

Passou a palavra à convidada de excelência **Andriana Sukova**, que iniciou agradecendo o convite para participar no Comité. Como Diretora-Geral Adjunta da DG Emprego Fundos Sociais e Inclusão, acumula uma experiência de 14 anos a trabalhar com o Fundo Social Europeu (FSE), tendo destacado que este tem feito muitas coisas boas e vai continuar a fazer.

Ficou muito impressionada com o Campeonato das Profissões que se encontrava a decorrer, pelas exposições e pelo interesse dos jovens na educação profissionalizante, porque entende ser uma orientação e estímulo importantes para que comecem a ponderar uma profissão numa idade mais jovem e também para encontrar uma forma de implementarem os seus sonhos em determinadas profissões sem que tenham de seguir uma educação superior. Este campeonato é também um importante meio de promoção do que o FSE+ faz e como apoia os esforços das instituições educativas e vocacionais, dos professores e dos estudantes para a aquisição de melhores conhecimentos e formação, comprovando que o FSE aporta um importante valor acrescentado.

Sublinhou que o período de programação 2021/2027 está a ser executado de forma algo lenta, pelo que há necessidade de acelerar e de conjugar esforços neste sentido. Apelou à rápida execução dos projetos já aprovados, e à apresentação do pedido de pagamento à Comissão Europeia, para que as despesas do orçamento de Portugal possam ser equilibradas.

Referiu a presença de Laurent Sens, chefe da unidade responsável pelo FSE em Portugal, e também de Eleutério Rodrigues, que estão sempre disponíveis para ajudar e que valorizam muito as reuniões do CA, uma vez que este é o lugar indicado para se pronunciarem sobre a implementação do PESSOAS 2030 e as questões e problemas a resolver.

Acrescentou que um dos princípios da execução do FSE é a transparência, para além da parceria e envolvimento de todos, afirmando estar preparada para ouvir tudo o que os membros tivessem a dizer na reunião e a aguardar com expectativa a discussão. Concluiu, agradecendo a Ana Coelho e aos colegas da AD&C.

Finda esta intervenção, a presidente do CA passou para o segundo ponto da agenda de trabalhos.

2. Resultados da auscultação aos membros do Comité de Acompanhamento

A presidente do CA esclareceu que este ponto da agenda tinha por objetivo partilhar os resultados obtidos no inquérito realizado na 4.ª Reunião do CA de maio de 2024 sobre os temas que poderiam ser abordados em futuras reuniões, aproveitando a presença de organismos oriundos de áreas tão diferentes, mas todas elas importantes para a missão do PESSOAS 2030 e dedicando algum tempo do Comité para debater, concretamente e de uma forma mais aprofundada, sobre alguns temas. O resultado desta reflexão é o que consta do slide 4 exibido no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião.

Dos 4 temas submetidos à consideração do Comité, sobressaiu o tema *“A Inteligência Artificial vai substituir o ser humano?”*. Expressou o compromisso de discutir este tema na

próxima reunião do CA, em maio ou junho do próximo ano, explicando que o mesmo não foi integrado na agenda desta reunião porque estamos num momento muito importante para a Autoridade de Gestão (AG) do PESSOAS 2030, que é o encerramento dos 3 programas do Portugal 2020 que, nesta fase final, estão sobre a responsabilidade da AG.

Antes de passar a palavra aos membros do Comité, salientou que este tipo de dinâmicas possibilita tornar estas reuniões mais interativas e menos expositivas, indo assim ao encontro de uma das conclusões a que se chegou na última reunião e fortalecendo as relações entre todos os membros.

Andriana Sukova tomou a palavra referindo ser uma boa prática potenciar um maior envolvimento dos membros do CA, a revisão e a modernização dos métodos de trabalho, existindo muitas possibilidades para uma troca de informação mais ativa e para discussões dedicadas a certos assuntos que são do interesse de todos. Considera que a experiência do PESSOAS 2030 em Portugal pode ser um modelo para os outros programas que estão a ser executados. Destacou ainda a importância de existir uma plataforma facilitadora de troca de informação entre os membros do Comité e de serem criados grupos de trabalho.

Referiu que está a tornar-se uma prática generalizada a criação de pequenos grupos de trabalho dentro dos Comités para discussão, em detalhe, de determinados tópicos sobre a execução e as formas de ultrapassar fatores de bloqueio em áreas relevantes. Deu boa nota do pequeno grupo de trabalho que será criado no âmbito da privação material e referiu que o Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC), de 2014 a 2020, contribuiu muito para aliviar alguns níveis de pobreza, destacando que estes apoios, integrando agora o FSE+, provavelmente também necessitarão de uma discussão específica adicional. Sente-se, por isso, grata por esta discussão em concreto.

A presidente do CA lembrou que na última reunião do Comité houve um período de discussão e troca de experiências muito participado, incentivando os membros a partilhar algumas ideias que possam ter decorrido dessa reflexão.

Nuno Rodrigues, representante da Direção-Geral de Estatística de Educação e Ciência (DGEEC) expressou preocupação com a falta de concretização das ideias discutidas na reunião anterior, destacando a necessidade de definir metas concretas e planos de trabalho para garantir avanços.

A **presidente do CA** agradeceu a partilha e acrescentou que a intensidade de trabalho é enorme neste momento e, que se não colocarmos na agenda esses objetivos, acabamos por não conseguir avançar. Passou, de seguida, a palavra a Joaquim Bernardo para iniciar o terceiro ponto da ordem de trabalhos.

3. Ponto de situação sobre o encerramento dos 3 programas do PT2020

3.1 Ponto de Situação do PO CH

Joaquim Bernardo, vogal da CD do PESSOAS 2030, deu início à sua exposição, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 7 a

11), dando nota de que os dados apresentados, apesar de não estarem completamente fechados, havendo ainda contas a encerrar até ao final do ano, representam a situação global atual do POCH.

Da apresentação efetuada realçou a informação relativa aos indicadores de resultado do POCH, a qual não havia sido previamente partilhada com os membros do CA, uma vez que os dados ainda estavam a ser apurados e consolidados. Deu como exemplo o indicador de resultado relacionado com o prosseguimento de estudos 6 meses após a conclusão da formação, sublinhando que processo de apuramento dos dados é relativamente moroso, sendo reunidos por interoperabilidade com a Segurança Social, para a componente do emprego, e com a DGEEC, para o prosseguimento de estudos, aproveitando para agradecer a estes organismos toda a cooperação no âmbito do protocolo celebrado para o efeito.

Referiu que, para a generalidade dos indicadores, as metas foram atingidas. Salientou, no entanto, que as metas relacionadas com a certificação de adultos que fizeram cursos de educação e formação e de diplomados em cursos de aprendizagem ficaram aquém do estabelecido, explicando que se trata de formação longa e que abrange públicos menos qualificados, que considera serem dos mais difíceis do sistema e com maior risco de não chegarem a concluir a formação. Salientou, por outro lado, que grande parte das operações foram desenvolvidas em pleno COVID, o que inevitavelmente acabou por afetar os resultados alcançados. Anotou ainda que a meta relacionada com os doutoramentos concluídos no tempo esperado ficou claramente abaixo do previsto na programação, salientando que este financiamento ocorreu apenas numa fase inicial do POCH, uma vez que com a reprogramação de 2016, estes passaram a ser financiados pelos programas regionais.

Fez uma referência à Mostra de Ensino e Formação Profissional que se encontrava a decorrer, realçando que os cursos profissionais, que foram financiados no passado pelo FSE e são considerados de importância estratégica no âmbito do PESSOAS 2030, traduzem bons resultados ao nível da empregabilidade e prosseguimento de estudos, conforme evidenciam quer as metas alcançadas no POCH para este indicador, quer o resultado de avaliações efetuadas a grupos equiparáveis que optam pela via de cursos científico-humanísticos.

Finda a sua intervenção, foi exibido um vídeo exemplificativo de um aluno de um curso profissional na área digital.

Joaquim Bernardo referiu que esta é apenas uma das muitas histórias de sucesso contadas ao longo do POCH, mas que nem todas as histórias são de sucesso, tal como demonstram os indicadores de resultado, porque ainda existem cerca de 30% de alunos que iniciam estas vias e que não as terminam. Acrescentou que ainda há trabalho a fazer para melhorar, mas que globalmente o resultado é muito positivo e que sem este investimento não se teria progredido em áreas fundamentais para a produção de quadros mais qualificados para o tecido produtivo do país.

De seguida, passou a palavra a **Sandra Tavares** para proceder à apresentação do ponto de situação do PO ISE.

3.2 Ponto de Situação do PO ISE

Antes de iniciar a apresentação, **Sandra Tavares, vogal da CD do PESSOAS 2030**, teceu duas considerações a respeito das intervenções de Nuno Rodrigues e de Andriana Sukova.

A respeito da intervenção de Nuno Rodrigues e relativamente à dinamização dos membros do CA e da capacidade que têm de intervir, de gerar o debate e de fazer passar as suas mensagens, realçou que alguns dos membros estiveram representados num curso, na área da avaliação das políticas públicas, financiado pelo Programa de Assistência Técnica do Portugal 2030 (PAT 2030), no âmbito das chamadas Summer ou Winter Schools, ministrado pela Nova SBE - School of Business and Economics. Este curso, que decorreu entre setembro e outubro de 2024, podia ser frequentado por representantes dos membros do CA, de forma gratuita, e permitiu que quem quisesse estar mais capacitado para avaliar melhor as medidas implementadas pudesse fazê-lo.

Relativamente à intervenção de Andriana Sukova, relacionada com o facto do PESSOAS 2030 estar ou não a ponderar ter um fórum onde se pudessem debater temas específicos, nomeadamente relativos à privação material, informou que já existem instrumentos para o fazer, mas que ainda não se debateu, quer internamente, quer com os restantes membros do CA, como se irá fazer. Salientou, no entanto, que o PESSOAS 2030 está aberto a essa reflexão, mas que gostaria também de perceber se, do lado da Comissão, nomeadamente do Comité FSE, onde ainda há representantes do FEAC, também está a ser feita essa reflexão do ponto de vista da continuidade ou não de grupos específicos mais institucionais (sem ser as COPs).

Passou, se seguida, para a apresentação do ponto de situação do PO ISE, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II - Apresentação de Suporte à Reunião (slides 12 a 16).

Da informação apresentada, Sandra Tavares realçou que cerca de 59% das candidaturas submetidas não foram aprovadas, o que demonstra um enorme trabalho por parte das equipas em seriar as candidaturas face a uma dotação disponível, que é limitada, um cuidado e um objetivo de aprovar as candidaturas que apresentam maior mérito.

Em termos de indicadores de desempenho, nomeadamente de indicadores de realização, destacou, pela positiva, a qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade, situação que é explicada pelo reforço da dotação alocada a medidas destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade em formação que determinou que o número de realizações fosse superior ao programado.

Em contrapartida, o indicador dos participantes NEET que beneficiam de apoios ao emprego ficou abaixo do programado, situação que decorreu do ajustamento que houve das medidas de política ativa de emprego durante o período de programação, nomeadamente nos apoios à contratação, os quais foram direcionados para o apoio de contratos de trabalho sem termo (e com termo apenas para grupos específicos), fazendo aumentar o custo unitário que existia no início do período de programação. Idêntica explicação é apresentada para a superação de grande parte dos indicadores de resultado, nomeadamente dos indicadores relacionados com a integração no mercado de trabalho, quer de estágios quer de apoios à contratação.

Referiu, pela negativa, o indicador relacionado com os projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais, o qual, apesar de ser considerado um bom indicador, estava sujeito a variações, uma vez que para ele contribuíam muitas medidas, pelo que o facto de uma medida não correr tão bem podia ter reflexos no cumprimento desse indicador. E foi exatamente isso que aconteceu com uma medida experimental que se relacionava com o objetivo que havia nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco, de fazer diagnósticos e planos para saber como se havia de intervir nos respetivos territórios de atuação. A COVID-19 teve um impacto negativo na concretização desta medida e, conseqüentemente, do indicador de resultado para o qual contribuíam 6 medidas.

De seguida, informou que iria ser exibido um vídeo sobre uma das medidas da inclusão social de que muito se orgulha, em concreto, o Modelo de Apoio à Vida Independente - MAVI -, que passou de um projeto piloto, em 2019, a uma medida que se encontra integrada no sistema nacional e é financiada pelo FSE. Esta medida que, do ponto de vista nacional, se encontra a ser monitorizada e implementada pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) e pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), em conjunto com a AG do PESSOAS 2030, continuará a ser financiada pelo FSE, do ponto de vista do seu alargamento e da sua qualificação, com a reserva de poderem vir a ser desenvolvidas dentro do MAVI, com um pequeno financiamento, pequenas coisas de caráter experimental, que ainda não foram submetidas a financiamento.

3.3 Ponto de Situação do PO APMC

Sandra Tavares passou a apresentar o ponto de situação do POAPMC, o qual se encontra suportado no Anexo II - Apresentação de Suporte à Reunião (slides 17 a 21).

Começou a sua intervenção, agradecendo ao Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, ao ISS e à Direção Geral de Saúde (DGS) pelo apoio na implementação do POAPMC, uma vez que foi um programa novo criado na decorrência de um novo fundo europeu e que foi estruturado com objetivos específicos associados a uma estratégia territorial de fazer chegar a alimentação onde havia mais necessidades. Essa estratégia territorial foi definida antes do início do programa com o apoio do GEP do Ministério do Trabalho.

Destacou o papel do ISS na organização da aquisição dos alimentos e na definição dos termos em que esses alimentos deviam chegar mensalmente às famílias através das entidades parceiras. Referiu ainda o importante papel da DGS na constituição de cabazes alimentares diversificados, que permitissem responder a pelo menos 50% das necessidades nutricionais de cada agregado familiar, as quais eram diversas, em particular, em função da idade das pessoas que o compõem. Salientou que foram poucas as candidaturas não aprovadas e que nenhuma das candidaturas foi indeferida por falta de mérito, mas antes porque o território estava dividido e optou-se por ter apenas uma candidatura em parceria por território.

Salientou, ainda, que o indicador “Número de pessoas abrangidas” demonstra o número de pessoas diferentes abrangidas e não o número de vezes em que uma pessoa foi objeto de apoio e que apenas se consegue perceber o esforço do Programa na distribuição de alimentos olhando para o número de cabazes distribuídos porque as pessoas recebiam

cabazes todos os meses. Referiu que foram distribuídos cerca de 2,7 milhões de cabazes, com um mínimo de 18 alimentos e um máximo de 24 alimentos (em que 4 alternavam), de forma a ir ao encontro do desejo das pessoas, mas sem causar monotonia alimentar e contribuindo para a criação de hábitos de alimentação saudável e diversificada. Concluiu que a distribuição de alimentos não é fácil e que houve dois ou três meses em que não se conseguiu distribuir metade dos alimentos.

Informou, ainda, que no dia seguinte seria realizada a sessão de encerramento do PO APMC, tendo passado à apresentação do vídeo institucional de lançamento do FEAC.

Após exibição do vídeo, a **presidente do CA** tomou a palavra para retomar ao slide 6 “Processo de encerramento” do Anexo II - Apresentação de Suporte à Reunião, com o objetivo de apresentar o calendário de encerramento dos programas do PT 2020, tendo, de seguida, passado a palavra à CE.

Andriana Sukova agradeceu a informação relativa aos resultados alcançados pelos programas do período de programação 2014/2020, aproveitando para responder à questão lançada por Sandra Tavares, a respeito da existência de um subgrupo especial no âmbito do comité de acompanhamento do FEAC.

No período de programação 2021/2027 o modelo do FSE+ foi alterado e as medidas de acompanhamento estão integradas em objetivos específicos. Em muitos países esta tem sido a razão para a existência de grupos específicos para discutir a execução, garantindo que se entrega o apoio material e as medidas de acompanhamento de forma significativa. Quanto ao futuro, e sem pretender discutir o pós 2027, sublinhou um ponto que é já certo e que é o compromisso de que será desenvolvida a primeira estratégia anti pobreza de sempre, que terá em atenção a situação dos diferentes países, o seu nível de pobreza e necessidade de apoio. Considera que é um problema multifacetado, não se tratando simplesmente de uma questão de apoio material, mas, sim, de uma multiplicidade de fatores que afetam a vida das pessoas.

Esta estratégia é inspirada pela meta de reduzir em 50 milhões, até 2030, o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social na União Europeia, conforme acordado no Porto, em 2021, pelos chefes de estado e governo de todos os estados-membros europeus, a qual está dramaticamente atrasada. Não estamos de todo no ritmo certo para reduzir o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social e é por este motivo que a presidente da CE anunciou a estratégia anti pobreza como uma das suas diretrizes políticas. É necessário agir agora e rapidamente para que possamos mobilizar todos os esforços no sentido de resolver realmente este problema nos seus variados ângulos, para que seja possível reduzir efetivamente as pessoas em risco de pobreza e exclusão social.

Mencionou a presença na reunião dos colegas da Garantia para a Infância e referiu-se ao subobjetivo de redução, até 2030, de um mínimo de 5 milhões de crianças em risco de pobreza e exclusão social, a qual também não está no caminho certo. A discussão sobre os instrumentos financeiros e as políticas instrumentais que serão utilizados para a redução da pobreza serão desenvolvidos nesta estratégia anti pobreza presumivelmente durante o próximo ano.

Finalizou, agradecendo novamente toda a informação relevante apresentada relativamente ao encerramento dos programas do PT 2020.

Laurent Sens, representante da CE, tomou a palavra, referindo que a CE insiste sempre neste tipo de informação porque considera importante conseguir demonstrar de uma forma simples o que é feito com os fundos. É fácil reportar a vertente financeira, mas é muito mais difícil efetuar o reporte dos resultados, uma vez que a abrangência do FSE é muito lata e existem diversas metas e resultados em muitas áreas. Ressaltou que devemos orgulhar-nos de todos os resultados alcançados em Portugal, mas existe ainda muito a ser feito.

Agradeceu igualmente pela apresentação dos projetos, tendo considerado comovente ver a influência do FSE na vida das pessoas. Todos os presentes na reunião, independentemente da sua proveniência, lutam, por vezes, senão sempre, com as restrições administrativas que envolvem a gestão de fundos e pode ser fácil esquecer o propósito do nosso trabalho. Os exemplos que vimos hoje são ótimos para nos lembrar que o que fazemos, ainda que por vezes seja tecnocrático, é muito útil e pode mudar a vida de algumas pessoas, pelo que devemos orgulhar-nos por fazermos parte de um sistema que aporta no terreno grandes resultados.

Relativamente ao MAVI, enfatizou a importância da sustentabilidade daquilo que fazemos, demonstrando-se orgulhoso pelo MAVI continuar com o apoio de fundos nacionais, o que reflete o grande sucesso do mesmo. O FSE tem uma duração limitada no tempo e por isso é extremamente positivo quando os estados-membros decidem testar com os fundos da união europeia e depois generalizam as medidas fazendo uso de fundos nacionais. Ainda haverá fundos do FSE+ para este período para o MAVI, mas é muito bom ouvir que a decisão foi tomada no sentido de este continuar com o apoio de fundos nacionais. Se este tipo de apoio deixar de existir pode refletir-se num grande drama na vida das pessoas. Felicitou o PESSOAS 2030 por, em face dos bons resultados demonstrados, ter conseguido convencer a hierarquia e os decisores políticos, da importância de continuar com este tipo de apoios no futuro.

Relativamente os aspetos mais técnicos, questionou, em primeiro lugar, a informação constante do cronograma de encerramento. Pediu, em concreto, que fosse confirmada a data de envio dos Relatórios Finais de Execução dos 3 programas, bem como a data em que receberiam toda a documentação relacionada com o controlo, auditorias e contas finais. Ressaltou que é muito importante perceber estes timings para que seja possível planear os trabalhos e a alocação de recursos, uma vez que em 2025 teremos uma agenda muito ocupada com as tarefas de encerramento dos programas, com a execução de 2021/2027 e com a revisão intercalar.

A segunda questão relaciona-se com os indicadores. Foram exibidos muitos resultados em termos de indicadores de desempenho, mas não vimos alguns dos indicadores de resultado que não integram o quadro de desempenho. Teria sido bom conhecer também esses resultados porque fazem parte do programa e podem ser importantes para tirarmos lições para o período de programação 2021/2027.

Em resposta às duas questões da CE, a **presidente do CA** confirmou que o programa de trabalhos é aquele que consta no calendário relativamente às peças do encerramento que são da responsabilidade quase exclusiva da AG, mas que depois há um conjunto de passos a serem seguidos em articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P

(AD&C) e a Inspeção Geral de Finanças, remetendo para Duarte Rodrigues, da AD&C, um eventual esclarecimento adicional sobre este assunto.

Relativamente à segunda questão colocada por Laurent Sens, referiu que o PESSOAS 2030 tem um conjunto de medidas que já foram apoiadas nos anteriores períodos de programação, nomeadamente no PT 2020, e cujos resultados fornecem e já forneceram pistas para a própria programação do PESSOAS 2030, remetendo para Sandra Tavares e Joaquim Bernardo a resposta a algum aspeto em concreto, dado o seu maior envolvimento nos programas do PT 2020.

De seguida, a Presidente do CA passou a palavra a **Duarte Rodrigues da AD&C** que referiu que, para além do complexo calendário de encerramento em matéria de certificação de contas, já apresentado por Ana Coelho, há também um calendário em matéria de reporte e de relatórios que está alinhado com as AG, apontando para o verão do próximo ano o fecho dos relatórios de execução. Salientou, no entanto, que esta situação irá depender de programa para programa, em função do respetivo avanço em matéria de apuramento de indicadores e beneficiando da regulamentação da Plataforma Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) que permitiu ter até mais 12 meses para o fecho administrativo dos programas.

Joaquim Bernardo interveio para referir que os membros do Comité dispõem de toda a informação sobre os indicadores chave dos programas porque, apesar de apenas ter sido partilhada previamente a informação sobre os indicadores do quadro de desempenho, nesta reunião foi prestada informação sobre os indicadores de resultado dos programas, informação essa que também será posteriormente partilhada com todos os membros.

Relativamente à questão da ligação dos indicadores dos programas do PT 2020 com as medidas/tipologias com continuidade no PT 2030, referiu que, aquando da programação do PT 2030, foi ponderado o desempenho dessas medidas no PT 2020, tendo-se procurado calibrar essas metas e objetivos no PESSOAS 2030 em função desse desempenho.

Este mesmo exercício será efetuado no âmbito da revisão intercalar, podendo haver necessidade de rever algumas metas do PESSOAS 2030, não só em função do grau de execução dessas medidas no PT 2020 como também da execução dos primeiros anos de implementação do PESSOAS 2030 e da evolução das políticas públicas.

Sandra Tavares acrescentou que na área da inclusão social é preciso ter em atenção que no PT 2020 houve uma Tipologia de Operação que não correu bem em matéria de indicadores e que no PT 2030 existem algumas medidas mais inovadoras, ou seja, que nunca foram financiadas por fundos, pelo que é muito importante monitorizar de perto para ver se as mesmas têm ou não capacidade de avançar.

De seguida, **a presidente do CA** dirigiu-se aos restantes membros para que comentassem os dados apresentados relativamente ao PT 2020.

Tomou a palavra **Amadeu Dinis, representante da ANESPO**, que reconheceu e agradeceu o trabalho, dedicação e esforço das pessoas envolvidas no desenvolvimento dos programas do PT 2020, sobretudo do programa com o qual lidou com maior proximidade, o POCH, na figura do Dr. Joaquim Bernardo.

Joaquim Bernardo agradeceu as palavras do representante da ANESPO dirigindo-as às equipas técnicas do POCH e salientando que, sem essas pessoas, não teria conseguido fazer o trabalho que foi feito, sempre com a preocupação de estar do lado da solução dentro das suas capacidades, competências e possibilidades.

De seguida, **Sandra Araújo, Coordenadora Nacional a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** referiu que acompanha o reconhecimento do representante da ANESPO relativamente ao trabalho excecional que a equipa do PESSOAS 2030 tem vindo a fazer. Relativamente à intervenção da CE relacionada com a elaboração de uma Estratégia Europeia de Combate à Pobreza, referiu que se tem feito algum caminho nesta matéria, mas que o compromisso por parte dos Estados Membros foi relativamente fraco.

Salientou que Portugal tem uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza para 2022/2025 e o PESSOAS 2030 tem um contributo decisivo para a ambição desta estratégia nacional, uma vez que há muitas atividades e medidas da Estratégia que serão financiadas pelo PESSOAS 2030. Referiu que em 2025 a Estratégia Europeia terá uma avaliação intermédia e que, neste momento, já foi efetuado um plano de monitorização, mas muito ao nível dos indicadores de realização e de desempenho. Destacou que há uma grande preocupação e um conjunto de projetos em curso que envolvem a participação dos beneficiários, ou seja, são as pessoas em situação de pobreza que irão avaliar a qualidade das intervenções e das políticas públicas para melhorar as suas condições de vida, contributo esse que será importante para a formulação do novo ciclo de planeamento 2026/2030.

Ana Cláudia Valente, representante da ANQEP, tomou a palavra para reconhecer e agradecer o apoio das equipas do POCH e agora do PESSOAS 2030. Realçou a importância do POCH na reestruturação do Sistema Nacional de Qualificação e atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Essa atualização do CNQ ocorreu ao longo de dois/três anos, contou com o apoio do POCH e abrangeu cerca de 400 qualificações, transformando-o num Catálogo mais pequeno, mais flexível, mais atual e mais capaz de responder às necessidades da formação dos jovens e dos adultos e que correspondem às necessidades do tecido produtivo em Portugal, antecipando o futuro que se pretende em algumas áreas.

Apesar deste financiamento não apoiar diretamente as pessoas, revelou-se muito relevante porque, através da ANQEP e do CNQ, contribuiu para uma melhor regulação e modernização do sistema de educação e formação profissional em Portugal.

Relativamente aos indicadores de resultado físicos do POCH, manifestou a sua preocupação relativamente ao não cumprimento da meta para o indicador das taxas de conclusão, em particular, da formação e educação de adultos, nomeadamente dos cursos EFA. Referiu que, à partida, as metas são contratualizadas 7 anos antes, pelo que é importante fazer uma monitorização ao longo do período de programação e que o COVID também “abalou” a execução da formação de adultos, nomeadamente ao nível das aprendizagens e conclusões.

Destacou que as taxas de conclusão na área da formação de adultos são tipicamente mais baixas do que se poderia esperar na educação e formação de jovens, mas que a forma de avaliação das metas também pode ter contribuído para este incumprimento porque, ao contrário dos EFA, no âmbito da formação modular e nos RVCC, as taxas de conclusão são

bastante elevadas. A título de exemplo referiu que cerca de 90% dos adultos que fazem processos de RVCC concluem o RVCC e mais de 50% obtêm a certificação total.

Nessa sequência, Ana Cláudia Valente sugeriu que a forma de avaliação deste indicador fosse repensada porque está em causa um indicador com continuidade no PESSOAS 2030 e Portugal assumiu o compromisso de, em 2030, ter 60% de adultos ao ano a participar em ações de formação formal e não formal. Salientou ainda que é preciso ter em atenção a certificação porque há modalidades que fazem descer estas taxas, mas antes há um problema de quantidade para resolver, não interessando ter uma taxa de certificação muito ambiciosa se o número de adultos abrangido for reduzido.

Terminou a sua intervenção dizendo que Portugal ainda tem um contingente de pessoas muito pouco qualificadas em termos formais e sobretudo escolares, sendo que a abrangência e o acesso à educação e formação constituem o maior desafio que Portugal continua a ter.

De seguida, **José Luís Albuquerque, representante do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, interveio para referir que, não obstante as ambições de redução das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, importa relativizar as estatísticas que são usadas para medir os desempenhos a esse nível.

Referiu que a ligação ao mercado de trabalho é fundamental para reduzir a pobreza e a exclusão social de quem trabalha e das suas famílias e a formação profissional, a aprendizagem ao longo da vida e a educação são fatores importantes para a empregabilidade, para um melhor rendimento e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da exclusão social.

Salientou que não devem ser desvalorizados os avanços que têm existido em Portugal nesse sentido. De acordo com dados relativos apenas às empresas do setor privado, há 40 anos os mapas de pessoal das empresas evidenciavam que menos de 8% dos trabalhadores detinha o ensino secundário e superior completo, sendo que há 10 anos eram 44% e os últimos dados de 2022 identificam que esta percentagem ascende a 57%. Isto significa que as empresas do setor privado estão a reter trabalhadores qualificados: um terço tem o ensino secundário e 23% tem o ensino superior. Estas estatísticas oficiais demonstram a evolução positiva de Portugal em termos de qualificação dos trabalhadores das empresas do setor privado, mesmo que as taxas de pobreza e exclusão social não se reduzam tanto quanto seria desejável.

Referiu ter ficado sensibilizado com os depoimentos dos mediadores e pessoas que distribuía alimentos que foram exibidos no vídeo. Considera que, apesar da entrega de cabazes às famílias ter pouco impacto em termos estatísticos na redução da pobreza e exclusão social, há estudos que demonstram que uma grande parte dessas famílias apoiadas passou a viver melhor. Do estudo que foi possível efetuar no início deste projeto relativamente às famílias que recebiam estes cabazes, 73% passaram a conseguir pagar antecipadamente as despesas da água, eletricidade, gás e condomínio, 43% passaram a poder comprar todos os medicamentos receitados e mais de metade conseguiu passar a pagar a renda e créditos relacionados com a habitação principal.

Concluiu que estas situações podem não ter influência nas estatísticas macro relacionadas com a redução da taxa de pobreza e exclusão social, mas que têm efetivamente um grande impacto na redução da privação material das famílias.

De seguida, a presidente do CA passou a palavra a **Jorge Ascensão, representante da CONFAP**, que começou por informar que na CONFAP todos são voluntários, existindo alguma dificuldade em perceber toda a informação que lhes chega.

Referiu a relevância do acesso à informação relativa aos indicadores de resultado, sendo que, não obstante o número de crianças que é possível apoiar, seria importante perceber e monitorizar depois da respetiva integração, ou seja, o sucesso ao longo da sua juventude.

Salientou ainda que o acompanhamento às famílias das crianças é muitas vezes negligenciado, existindo uma grande faixa de famílias que não acompanha a vida escolar dos filhos, o que faz com que muitas dessas crianças não consigam alcançar os seus objetivos, desistam do seu percurso formativo e acabem por cair em situações de pobreza.

Nessa sequência, manifestou a importância e a dificuldade em promover formação e ações de capacitação parental no acompanhamento da vida escolar dos filhos, de forma a potenciar uma maior ligação entre a família e a escola, questionando se existem candidaturas que permitam à CONFAP planejar e realizar este tipo de ações.

Em resposta à intervenção de Ana Cláudia Valente da ANQEP, **Joaquim Bernardo** informou da existência de um conjunto de medidas e de instrumentos que foram financiados no âmbito do POCH na ótica de promover a melhoria da qualidade do sistema, nomeadamente o apoio que foi dado na fase inicial de arranque do programa de promoção do sucesso escolar também em articulação com outros programas, nomeadamente com os Programas Regionais. Salientou que existem dados das avaliações que evidenciam que esses financiamentos foram muito importantes para o desempenho que o país teve, resultado que hoje é reconhecido em matéria de redução do abandono escolar precoce, e reforçou que esses instrumentos foram muito relevantes para criar melhores condições no terreno e para que os resultados pudessem ser mais positivos.

Mencionou ainda que, de acordo com os dados de monitorização e avaliação, um dos motivos que justifica o incumprimento da meta para o indicador das taxas de conclusão na área da formação de adultos é a existência de mercados de trabalho com maior dinâmica de funcionamento, o que dificulta, sobretudo em formações longas, como é o caso dos EFA, a obtenção de taxas de conclusão mais elevadas, porque os formandos respondem aos estímulos do mercado de trabalho acabando por desistir da formação.

Relativamente à intervenção da CONFAP, Joaquim Bernardo referiu que, no âmbito da revisão intercalar, haverá espaço para se discutir bilateralmente a possibilidade de existirem alguns apoios destinados a ações com o objetivo de promover um maior envolvimento das famílias em contexto escolar. Isto porque a educação é um dos fatores fundamentais de combate à pobreza e à exclusão social e muitas vezes um primeiro elemento fundamental para romper com ciclos de pobreza, funcionando como elevador social.

A **presidente do CA** tomou a palavra para referir que a questão da CONFAP já tinha sido colocada anteriormente ao PESSOAS 2030 e que já nessa altura o Programa demonstrou

abertura para conversar sobre o assunto, uma vez que partilha da mesma preocupação relativamente ao impacto que o não acompanhamento do percurso académico das crianças e jovens por parte das famílias tem no seu sucesso escolar. Remeteu, no entanto, esta conversa para outro momento distinto.

4 Debate sobre o ponto de situação do PESSOAS 2030 (incluindo das condições habilitadoras)

A presidente do CA começou a sua intervenção relativa à apresentação do ponto de situação do PESSOAS 2030, referindo que este programa tem alguma lógica de continuidade relativamente ao POCH, ao POISE e ao POAPMC, mas com medidas novas e inovadoras, permitindo reunir num único programa todas as áreas que gravitam em torno das políticas de emprego, de educação e formação profissional e de inclusão social, sem perder de vista a preocupação com a sustentabilidade demográfica do país.

Assinalou que, para além dos números, importa ter em consideração onde é que se pretende chegar, destacando como principais preocupações do PESSOAS 2030 a questão da sustentabilidade demográfica e a dificuldade em garantir que, num contexto de pleno emprego, as pessoas em idade adulta e as empresas encarem a educação, a aprendizagem ao longo da vida e a formação contínua como uma aposta e um investimento e não como um encargo ou uma obrigação. Para este efeito, entende que é necessário fazer alguma pedagogia no sentido de as pessoas e as empresas encararem a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida como uma questão estratégica.

Outra preocupação mais procedimental do PESSOAS 2030 é conseguir encontrar um equilíbrio entre simplificação e segurança dos procedimentos que garantem que os fundos são bem aplicados, preocupação partilhada também por muitas entidades beneficiárias que, por vezes, acabam por preferir não se candidatar a financiamento, dada a burocracia e as dificuldades no processo de acesso aos fundos.

Manifestou ainda a opinião de que, para além do grupo de trabalho sobre a privação material, seria importante existir também um grupo de trabalho sobre a demografia.

De seguida, a presidente do CA passou a apresentar o ponto de situação do PESSOAS 2030 que se encontra consubstanciado no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 22 a 45).

Ressalvou que os dados relativos aos indicadores de realização foram apurados para o reporte à CE em junho, pelo que não refletem os valores atualizados, contando que o reporte que será efetuado relativamente a dezembro já será mais robusto.

Passou, depois a palavra a **Miguel Feio**, Secretário Técnico responsável pelas áreas da comunicação, da avaliação e da monitorização estratégica do PESSOAS 2030, que prosseguiu com a apresentação da informação sobre o ponto de situação do Plano Estratégico de Comunicação, nomeadamente no âmbito das Operações de Importância Estratégica e das operações acima dos 10 milhões de euros, bem com outras ações de comunicação finalizadas e em curso.

Apresentou, depois, os indicadores de comunicação do PESSOAS 2030, salientando que, na próxima reprogramação, será necessário rever as metas estabelecidas neste domínio, uma vez que algumas estão completamente ultrapassadas e desajustadas da realidade.

A sua exposição encontra-se no Anexo II - Apresentação de Suporte à Reunião (slides 46 a 50).

Joaquim Bernardo tomou a palavra, destacando, em primeiro lugar, que os dados apresentados refletem a execução do Plano Estratégico de Comunicação aprovado pelo Comité e os resultados alcançados em tão pouco tempo, aproveitando também para agradecer à equipa da Unidade de Monitorização, Avaliação e Comunicação Estratégica e aos parceiros do PESSOAS 2030 pelo esforço empreendido neste processo.

Em segundo lugar, sublinhou o esforço adicional em matéria de comunicação das operações de natureza estratégica e das operações de elevada dimensão financeira tituladas por beneficiários relevantes, que constituem uma novidade do atual ciclo de programação, área que está a ser trabalhada pelo PESSOAS 2030, mas que carece ainda de consolidação.

Terminou, referindo que o desafio é que a AG, em conjunto com muitos dos membros do Comité, consiga comunicar mais e melhor aquilo que faz com os recursos alocados ao PESSOAS 2030.

Cláudia Joaquim, Presidente da AD&C, prosseguiu com a apresentação do ponto de situação sobre a condição habilitadora 4.6, relativa à saúde e cuidados continuados, que é a única condição habilitadora que não está cumprida.

Salientou que, desde agosto, têm vindo a ser feitas interações informais com a DG Emprego, tendo ficado concluídos os três planos que estavam em causa - o plano de investimento, o plano de recursos humanos e o plano da rede nacional de cuidados continuados integrados - perspetivando-se que, até ao final do ano, esta condição habilitadora esteja cumprida.

Relativamente às restantes condições habilitadoras, referiu que tem sido feito um trabalho em articulação com as diversas áreas governativas e com a DG Emprego para que as mesmas se mantenham cumpridas a partir de 31 de dezembro de 2024.

A sua apresentação encontra-se vertida no Anexo II - Apresentação de suporte à reunião (slides 51 e 52).

Sandra Tavares anotou que, apesar da taxa de execução associada à prioridade VI da Privação Material ser de 0%, neste momento existem cerca de 43,5 milhões de euros de execução financeira associada à distribuição de alimentos no PT2030, execução essa que não se traduz ainda em pedidos de reembolso validados, porque foi dada prioridade nesta fase de transição entre períodos de programação à manutenção da capacidade de não interrupção da distribuição de alimentos. Realçou ainda que já existem cerca de 6,1 milhões de euros de execução associados a medidas de acompanhamento e encargos administrativos, 1.752 milhões de toneladas distribuídas, 139 mil pessoas diferentes abrangidas e 52 mil agregados familiares abrangidos.

Joaquim Bernardo reforçou que, relativamente à implementação das operações de importância estratégica, destacam-se os cursos profissionais que foram a primeira operação de importância estratégica a ter um evento de comunicação dado o seu estado mais avançado de execução. Referiu ainda que, no futuro, existirão eventos sobre os Centros Qualifica e sobre os Estágios Profissionais, à medida que essas operações começarem a ter execução, salientando que estão em causa operações com relevância, não só do ponto de vista quantitativo como também do ponto de vista dos objetivos e metas que o Programa quer alcançar.

De seguida, a presidente do CA passou a palavra a **Laurent Sens**, que iniciou agradecendo a apresentação e toda a informação disponibilizada, aproveitando para referir que o PESSOAS 2030 é o programa com melhor desempenho em Portugal em termos de execução financeira e provavelmente também em termos de execução física, apesar de Portugal não se encontrar muito bem colocado a nível europeu. Muitos estados europeus estão atrasados na execução.

Dentro de alguns meses irão iniciar as discussões sobre o futuro, porque a discussão sobre o novo quadro financeiro irá ocorrer por volta de junho, pelo que é crucial demonstrar que os programas estão a ser implementados no terreno. Mostrou-se otimista quanto à adoção até ao final do ano da condição habilitadora temática 4.6 - Saúde e Cuidados Continuados, porque permitirá a declaração de despesa já realizada.

Acrescentou que seria também importante, tal como referido por Joaquim Bernardo, declarar os dados quantitativos que já estão executados, mas que ainda não constam do sistema de informação. Apelou à recolha destes dados e respetiva declaração à CE, uma vez que estes são cruciais para a Revisão Intercalar que se avizinha e, mais ainda, para o futuro. Se reportarmos números muito reduzidos à UE sobre as pessoas que estão a ser apoiadas, podemos ter grandes problemas no futuro do FSE. A mensagem que pretende transmitir a todos os estados-membros é que, na submissão de dados relativa a 31 de janeiro, encontrem uma forma de declarar os números reais executados.

Relativamente à intervenção de Laurent Sens, a **presidente do CA** referiu que, com a perspetiva de aprovação da condição habilitadora da área da saúde e dos cuidados continuados, a AG estará em condições de submeter a despesa em causa num próximo pedido de pagamento à CE, sendo expectável que, até ao final do ano, Portugal se encontre melhor posicionado a nível europeu.

Quanto à necessidade de declarar execução física, assumiu o compromisso de encontrar uma solução em conjunto com a AD&C de, enquanto o sistema de informação não o permitir, ser possível fazer a recolha da informação física junto das entidades beneficiárias, informando que existem já alguns instrumentos que permitem fazê-lo, de forma a poder ter informação física reportada a 31/12/2024 mais aproximada da realidade dos dados financeiros.

Cláudia Joaquim interveio para referir que relativamente à certificação de despesa, de facto há um volume significativo no Programa, sendo que uma grande parte desse volume está condicionado ao cumprimento da condição habilitadora da saúde, daí a urgência na articulação, a qual tem sido muito positiva. Em relação aos instrumentos de recolha da execução física, realçou que a AD&C está a articular com as AG, nomeadamente com o PESSOAS 2030, de forma que se possam comunicar os dados dentro das datas previstas.

Joaquim Bernardo tomou a palavra para sensibilizar os membros do CA que também são beneficiários do PESSOAS 2030 para reportarem os dados de execução física associados às operações aprovadas, reforçando que a AG precisa dessa informação com caráter de urgência, pelo que é necessária a colaboração dos beneficiários no sentido de obter dados de qualidade.

De seguida, a presidente do CA passou a palavra aos membros do Comité para eventuais comentários ou questões relacionadas com a apresentação.

Começou por intervir **António dos Santos Queirós, representante da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)**, referindo alguma da experiência deste organismo no âmbito da formação, a qual permitiu concluir que em Portugal não existem instrumentos institucionalizados para fazer a recolha das experiências positivas desenvolvidas no terreno, não sendo também avaliado o impacto ambiental das medidas. Evidenciou ainda a necessidade de haver uma política que faça a avaliação dos grandes projetos de formação profissional, nomeadamente dos seus problemas, para que se tirem lições para o futuro, manifestando vontade de, em próximas reuniões, ser clarificado o contributo que uma instituição como a CPADA pode dar ao PESSOAS 2030. Demonstrou interesse em fornecer um contributo mais concreto em função da experiência da CPADA, mas considera que o modelo de reunião do CA não lhe parece ser suficiente para que esse contributo seja efetivo.

Se uma das preocupações fundamentais é o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza extrema, questionou o motivo de não nos apoiarmos nas experiências internacionais bem-sucedidas, deixando de lado preconceitos ideológicos. Referiu, por isso, que a União Europeia deve tirar lições e apoiar-se das experiências positivas de outros países e que a CPADA, enquanto entidade que trabalha com esses países, está em condições de fornecer um contributo concreto para Portugal e para a CE.

Terminou a sua intervenção referindo que tem de haver uma orientação política estratégica que ultrapasse estas discussões.

De seguida, **Clara Guerreiro, da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP)**, começou por referir que no âmbito das formações modulares certificadas ainda não foram disponibilizados os *templates* para registo de execução física e que a CCP se encontra a fazer alguns testes ao sistema de informação, tendo sido detetados e reportados alguns erros. Agradeceu o apoio das equipas do PESSOAS 2030 na resolução dos erros reportados e solicitou que, para que os beneficiários possam perceber o tipo de dados que se pretendem recolher, fosse enviado um *draft* com esta informação.

Agradeceu ainda as sessões de esclarecimento que foram realizadas no âmbito das formações modulares, apelando a que essa prática seja mantida e estendida a todos os Avisos.

Relativamente ao Aviso das Formações Modulares Certificadas, em que muitas entidades se candidataram e muitas ficaram de fora, considera que, para bem da transparência e apesar de não existirem dúvidas sobre a seriedade e o esforço da equipa do PESSOAS 2030, deveria ser publicada, para além da lista das operações aprovadas, a lista das entidades que se candidataram, as pontuações atribuídas às respetivas operações, bem como a

identificação das candidaturas arquivadas e indeferidas, seja por falta de mérito seja por falta de dotação.

Referiu ainda que algumas orientações internas devem ser externalizadas, ou seja, devem também ser de conhecimento das entidades beneficiárias, em particular aquelas orientações que permitem que os beneficiários desenvolvam adequadamente o seu trabalho.

Destacou ainda a questão da contratação pública, referindo que seria importante existir uma orientação para evitar interpretações diferentes, como sucedeu no âmbito do anterior período de programação, e para que os beneficiários saibam quais as exigências do PESSOAS 2030 nessa matéria. A título de exemplo, referiu a contratação de entidades formadoras, mesmo em operações abrangidas por custos simplificados, uma vez que ainda não se conhece qual o entendimento do Programa acerca das atividades que estão excluídas da contratação ao abrigo do artigo 6.º A do Código dos Contratos Públicos e, conseqüentemente, excluídas da parte II deste Código. Salientou ainda a importância de divulgar uma *checklist* relativa à organização de procedimentos de contratação pública.

Relativamente à capacitação dos membros do Comité, agradeceu a oportunidade que lhe foi dada de integrar a primeira turma da formação facultada pela NOVA SBE, formação essa de elevada qualidade e com um corpo docente exemplar.

De seguida, **Amadeu Dinis da ANESPO** manifestou grande preocupação com a fragilidade do atual sistema de informação para apresentar candidaturas e submeter despesas a financiamento. Referiu que só quase no final do ano letivo anterior é que foi possível submeter candidaturas no sistema de informação, mas o mesmo não aconteceu com a submissão de reembolsos desse ano letivo, uma vez que, até ao momento, nem 50% dos associados da ANESPO conseguiram submeter as despesas porque o sistema apresenta muitos erros. Salientou que se trata de um problema que urge resolver porque já se aproxima o fim do primeiro período letivo, sendo que, em dezembro, serão já cinco meses de despesa acumulada do ano letivo e os 10% do valor do adiantamento inicial não são suficientes.

Também manifestou apreensão relativamente ao futuro, pelo que na próxima reprogramação do PESSOAS 2030 importa acautelar, por um lado, o financiamento das candidaturas que estão em curso e, por outro lado, novas candidaturas, uma vez que se perspetiva um crescimento do número de turmas nas escolas. Acresce o facto de ser necessário responder ao compromisso assumido com a União Europeia de, em 2030, 55% dos jovens em idade escolar no ensino secundário estarem a frequentar cursos de dupla certificação.

Destacou ainda que as empresas reconhecem o trabalho e as competências que os jovens adquirem ao longo da formação e que saem da escolaridade obrigatória com o nível 4 de formação. No entanto, as escolas continuam a trabalhar com o orçamento definido em 2010, ou seja, a dotação orçamental que as escolas hoje recebem é exatamente igual à dotação definida em 2010, pelo que, para conseguir responder às exigências, sacrificam os seus recursos humanos que não veem os seus salários aumentados desde 2010, mas que têm enorme dedicação aos projetos que as escolas desenvolvem.

Face a tudo isto, defende que é necessário reforçar os orçamentos das escolas para se conseguir responder às necessidades do mercado de trabalho.

A presidente do CA agradeceu as intervenções anteriores referindo, relativamente às questões da CPADA, que as mesmas podem e devem ser esclarecidas e conversadas numa reunião mais bilateral, disponibilizando-se para uma reunião onde será partilhado o que é o PESSOAS 2030 e o que é esperado de cada um dos membros do CA.

No que respeita à intervenção de Clara Guerreiro, a presidente do CA referiu que os *templates* de execução física podem ser partilhados logo que estejam estabilizados do lado da AD&C. Referiu ainda que, num exercício de total transparência, é intenção do PESSOAS 2030 divulgar a listagem hierarquizada das candidaturas das entidades beneficiárias em função da pontuação atribuída. No que respeita à divulgação externa de orientações do PESSOAS 2030, salientou que é prática do programa divulgar todas as orientações que considera pertinentes para os beneficiários, as quais são sempre divulgadas na página da *internet* do Programa.

Por fim, relativamente à intervenção de Amadeu Dinis, começou por referir que, não obstante o diálogo constante entre o PESSOAS 2030 e a ANESPO, foi importante que algumas questões fossem colocadas neste fórum dada a presença de vários *players* do ecossistema de fundos, sublinhando que há matérias que são da competência da AG, mas outras podem ser da responsabilidade da AD&C ou da IGF.

De seguida, avançou para o quinto ponto da ordem de trabalhos.

4. Apresentação e aprovação dos critérios de seleção das Tipologias de Operação do PESSOAS 2030: Formação de Profissionais do Setor da Saúde e Formação de Públicos Estratégicos

Antes de colocar à consideração dos membros do Comité eventuais contributos sobre as duas tipologias de operação em debate, a **presidente do CA** questionou os membros quanto à existência de conflitos de interesses. Na ausência de manifestações a este respeito, salientou que os critérios de seleção destas duas tipologias já incorporam os comentários da CE, em procedimento prévio à submissão ao CA, passando a palavra a Duarte Rodrigues, representante da AD&C.

Duarte Rodrigues referiu que a análise efetuada pela AD&C a estes critérios não levantou questões, alertando apenas que o tipo de beneficiários não é informação obrigatória para este tipo de aprovação, sobretudo em áreas que não têm regulamentação, pelo que deveriam ser aqui entendidos pelos membros do CA como indicativos.

A presidente do CA agradeceu a intervenção e a nota sobre o tipo de beneficiários.

Na ausência de outras intervenções, foram os critérios de seleção colocados à aprovação dos membros (slides 53 a 56 do Anexo II – Apresentação de suporte à reunião). Não existindo abstenções nem votos contra, deram-se como aprovados, por unanimidade, os critérios de seleção das 2 tipologias de operação – Formação de Profissionais do Setor da Saúde e

Formação de Públicos Estratégicos. A proposta aprovada encontra-se no Anexo III – Critérios de seleção aprovados_14nov2024 à presente ata.

Passou, de seguida, para o 6.º ponto da ordem de trabalhos.

5. Ponto de Situação do Plano de Avaliação

A intervenção de **Joaquim Bernardo** sobre o ponto de situação do Plano de Avaliação do PESSOAS 2030 aprovado pelo CA consta do Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 57 e 58).

Salientou que a avaliação do arranque do PESSOAS está em fase de conclusão, tendo sido muito focada na sua operacionalização no terreno e na forma como a AG se organizou para garantir o desafio de fechar os 3 programas do Portugal 2020 e de implementar o novo programa do Portugal 2030.

Referiu também que o estudo de avaliação sobre a forma de integração dos princípios horizontais se encontra concluído e irá, em breve, ser partilhado com os membros do CA.

Das 20 avaliações planeadas, apenas a relacionada com a componente de apoio às populações imigrantes e a minorias étnicas se encontra atrasada em relação ao calendário previsto, tendo sido, no entanto, antecipada a avaliação relativa ao Programa Escolhas, cujo lançamento encontra-se em fase adiantada de preparação.

Considera que estão a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de cumprir com o Plano de Avaliação aprovado, o qual é muito exigente, não só para a AG como para muitos dos membros do CA, uma vez que algumas destas avaliações são feitas em cooperação com os seus membros. No fundo são avaliações da própria política pública e não apenas da AG, pelo que essas avaliações só terão sucesso com a articulação e colaboração de todos, por forma a que seja possível prestar melhores contas à CE e aos cidadãos em geral.

Abriu de seguida a questões do plenário.

Eleutério Rodrigues, representante da CE, agradeceu e felicitou a AG pelo trabalho desenvolvido não só no âmbito do plano de avaliação do PESSOAS 2030, que está a cumprir as principais metas, mas também para a revisão intercalar que se avizinha.

Existem 2 avaliações muito importantes para a avaliação intercalar. Iremos ter relatórios finais e também um relatório intermédio que seria importante disponibilizar à CE e aos membros do Comité antes do final de ano, a fim de possibilitar as discussões bilaterais sobre a revisão intercalar do programa.

Concluiu, felicitando novamente a AG e salientando o cumprimento do Plano de Avaliação programado, apesar de este ser, conforme a CE desde o início o considerou, muito ambicioso.

Na ausência de outros comentários, a **presidente do CA** passou para o penúltimo ponto da ordem de trabalhos relacionado com a revisão intercalar que todos os programas

operacionais terão de fazer até ao final de março de 2025, dando a palavra a Andriana Sukova.

6. Revisão Intercalar: impacto socioeconómico da Política de Coesão e Desafio da Convergência Europeia

Andriana Sukova, cuja apresentação se encontra refletida no Anexo II – Apresentação de suporte à reunião (slides 60 a 68), iniciou referindo que os estados-membros já começaram a trabalhar em algumas sugestões sobre como programar os 15% que não estavam programados para 2026 e 2027, e espera que alguns desafios já identificados possam ser confirmados ou alterados. Acredita que para Portugal as mudanças que foram inicialmente identificadas no programa relacionadas com a promoção das competências, especialmente com foco em jovens e desempregados de longa duração, ainda estão válidos. Também o acesso aos serviços sociais, nomeadamente serviços de longa duração, e a necessidade de reduzir a pobreza, em particular a pobreza infantil, deverão continuar a ser uma aposta.

Considera que é necessário discutir que ações e medidas podem ser adotadas para melhorar a eficiência na abordagem a estes desafios. Conforme foi referido na reunião, a execução do programa está bastante atrasada, existindo a possibilidade de se efetuar uma reprogramação, tendo sempre presente onde podemos melhorar a eficiência, mas não perdendo de vista as prioridades existentes e que ainda se consideram válidas para os próximos anos.

Abordou, de seguida, o slide 68 do Anexo II – Apresentação de suporte à reunião, em particular a terceira questão ali exibida para debate - *Como vê, numa futura política de coesão, um mecanismo de pagamentos condicionados ao cumprimento de reformas ao nível nacional, regional e local? De que forma é que este novo mecanismo poderá afetar a implementação do Programa?* -, aguardando com expectativa o feedback dos membros do Comité, uma vez que estão a recolher opiniões, pontos de vista e ideias sobre a forma como poderão as reformas ser efetuadas a nível local, regional e nacional, sendo que, a nível nacional serão necessariamente para enfrentar os desafios relacionados com a implementação de fundos estruturais, e como otimizar a sua articulação. Aguarda, por isso, com expectativa o debate para ouvir a opinião dos membros do CA.

A título de conclusão da sua intervenção referiu que a Comissão, numa primeira avaliação, entende que todas as prioridades do programa se encontram ainda válidas para Portugal.

Nesta sequência, **a presidente do CA** abriu o debate, começando por responder às três questões colocadas pela CE e que foram exibidas no slide 68 do Anexo II - Apresentação de suporte à reunião.

Relativamente à primeira questão - *“Na sua perspetiva, como poderá o financiamento do Programa ser alocado de uma mais forma mais eficiente para responder aos desafios socioeconómicos salientados?”* - referiu que concorda com a CE relativamente ao facto das prioridades do Programa e do cardápio das medidas que apoia continuar pertinente e adequado à realidade do país e à leitura que foi feita de vários documentos, inclusivamente

do *Country Report*, o que não significa que não existam alterações a fazer, as quais resultam também da experiência dos primeiros concursos que foram lançados.

No que respeita à segunda questão - *“Tendo em conta o desenvolvimento da implementação do programa, quais as alterações ao programa que consideram mais necessárias na revisão intercalar? De que forma a revisão intercalar do programa deve contribuir para se alcançar os desafios?”* - entende que existem alguns ajustamentos que têm de ser feitos no PESSOAS 2030, alguns deles não de substância, mas apenas de meros reequilíbrios em termos de dotações e execução física. Salientou ainda que o PESSOAS 2030 estará já em condições de se apropriar dos resultados das avaliações do arranque do PESSOAS 2030, dos princípios horizontais e da operacionalização, sobre as quais já existirão relatórios finais ou relatórios intermédios, dando pistas para a revisão intercalar do Programa.

Por fim, em resposta à última questão - *“Como vê, numa futura política de coesão, um mecanismo de pagamentos condicionados ao cumprimento de reformas ao nível nacional, regional e local? De que forma é que este novo mecanismo poderá afetar a implementação do Programa?”* - referiu que o que lhe parece estar em causa é uma aproximação ao modelo de operacionalização do PRR, sendo que no PRR existem dois modelos diferentes: um modelo para a relação da Estrutura de Missão Recuperar Portugal com a CE e um outro modelo para a relação entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e os beneficiários, o qual, na sua opinião, desvirtua a relação entre a CE e o Estado Português. Considera que quando for efetuada essa reflexão, a mesma terá de ser efetuada “de ponta a ponta” para perceber a sua efetiva utilidade da CE para o Estado Membro e das Autoridades de Gestão para as suas entidades beneficiárias.

De seguida, **Joaquim Bernardo** interveio, referindo que muitas das entidades presentes na reunião têm experiência no PRR e que seria importante refletir sobre o que, na sua opinião, poderá ser o pior de dois mundos: do ponto de vista da relação com a União Europeia o PRR está muito focado nas reformas, mas, na realidade e do ponto de vista da relação com os beneficiários, tudo assenta na verificação de custos e, muitas vezes, custos reais. Considera que se deve refletir sobre o que isto significa do ponto de vista da implementação e dos impactos desta situação na gestão dos programas do PT 2030, nomeadamente em questões como o duplo financiamento, que se trata de uma questão que se não for bem gerida pode, no limite, “matar” os custos simplificados.

Sandra Tavares manifestou a sua concordância com as intervenções da Presidente do CA e de Joaquim Bernardo acerca da última questão. Considera que, conforme referiu Ana Coelho, para se conseguir responder à questão teriam de se discutir e perceber os pressupostos que estão na sua formulação, nomeadamente sobre o que significa o mecanismo de pagamento condicional ao cumprimento de reformas. Por outro lado, considera muito importante, tal como defendido por Joaquim Bernardo, ouvir as entidades beneficiárias presentes na reunião que têm experiência no âmbito do PRR.

Amadeu Dinis da ANESPO começou por referir que a execução do PRR tem sido muito difícil, dados os constrangimentos que têm sido enfrentados. Por um lado, desde o lançamento da candidatura até à adjudicação dos Centros Tecnológicos Especializados às entidades que concorreram passaram quase dois anos, sendo que durante esse período rebentaram duas guerras, houve uma subida exponencial dos preços, nomeadamente de equipamentos, face aos valores orçamentados e que constavam da candidatura ao PRR, que implicam um acréscimo de despesa, em alguns casos, na ordem dos 30 e 40%. Referiu

que já existe um grupo de trabalho criado com o objetivo de conseguir um reforço de financiamento dessas candidaturas, quando devidamente justificado.

Salientou ainda que, tal como no PESSOAS 2030, também no PRR há um problema com os *templates* e com a submissão da despesa a financiamento, uma vez que, segundo a informação de que dispõe, nenhuma entidade foi já ressarcida de pedidos de pagamento de reembolso. Referiu que, para fazer face a essas dificuldades, no PRR houve um reforço do adiantamento inicial de 30% para 50%.

Deu ainda conta de um problema relacionado com o IVA que, no PRR, inicialmente era um custo para o beneficiário final do PRR, mas que, após negociações com o Ministério das Finanças, o IVA passou a ser uma despesa reembolsável às entidades beneficiárias.

Referiu também os constrangimentos que, neste momento, existem quando o beneficiário pretende submeter um pedido de pagamento de reembolso, uma vez que o mesmo apresenta muitos erros e a sua resolução é demorada, apesar da boa comunicação existente com o IGeFE.

Não obstante estes constrangimentos, Amadeu Dinis considera que as escolas com candidaturas aprovadas no PRR irão ficar muito bem equipadas tecnologicamente, o que lhes permitirá fazer um serviço de qualidade ao nível da formação dos jovens e, conseqüentemente, fortalecer a relação com as empresas. No entanto, importa ter em conta que, no futuro, a manutenção e atualização dos equipamentos acarretará custos muito elevados, pelo que terá de haver uma forma de salvaguardar estas situações.

Terminou a sua participação referindo que nunca houve um programa tão robusto como o PRR, que desse resposta às necessidades das escolas portuguesas ao nível de tecnologias e equipamentos.

Armando Loureiro, representante da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos (APEFA), interveio para corroborar o referido anteriormente por Amadeu Dinis sobre as dificuldades sentidas na submissão de pedidos de pagamento de reembolso, neste caso, pelos Centros Qualifica que se candidataram, no âmbito do PRR, aos projetos locais promotores de qualificação. Salientou também a discrepância em termos de procedimentos entre os Centros Qualifica privados e os Centros Qualifica das escolas públicas, estes últimos muito atrasados face aos primeiros na implementação dos projetos.

Esta situação resultou do facto de, apesar de em ambas as situações, os Termos de Aceitação das candidaturas terem sido assinados em outubro de 2023, no caso dos Centros Qualifica das escolas públicas, apenas em setembro de 2024 lhes foi possível contratar mediadores e técnicos de orientação, reconhecimento e validação de competências, seguindo os mecanismos do próprio Ministério da Educação. Realçou que as escolas públicas do país que promovem esta oferta estão muito preocupadas quanto ao prazo de execução, nomeadamente em saber se haverá ou não dilatação desse prazo, uma vez que as plataformas limitam toda a informação a submeter até novembro de 2025.

Jorge Ascensão, representante da CONFAP, tomou a palavra para referir que importa refletir sobre os motivos que levaram a CE a fazer estas três questões uma vez que, na sua

perspetiva, parece que o que está em causa é a eficiência e o desenvolvimento do Programa e a eventual existência de dúvidas sobre os dados apresentados.

Em resposta à intervenção de Jorge Ascensão, **Andriana Sukova** confirmou que a CE não tem dúvidas quanto aos dados apresentados e que os aceita em absoluto. Não foi efetuada intencionalmente a programação de 50% dos compromissos para os anos 2026 e 2027, o que significa 15% do orçamento global. O objetivo da revisão intercalar é avaliar se as prioridades inicialmente identificadas ainda se encontram válidas ou se há necessidade de reorientar e dirigir os nossos esforços para novos desafios que tenham surgido com os 15% que são passíveis de serem reprogramados.

Há alguns meses, a CE esperava que alguns programas confirmassem que continuariam automaticamente, mas alguns acontecimentos, infelizmente, obrigam a que quase todos façam essa reprogramação. Referiu-se não apenas a uma proposta recente sobre a recuperação de algumas regiões da Europa, decorrente das fortes inundações e de fogos florestais, mas também a novos desafios que têm surgido e que podem e devem ser tratados no âmbito dos programas que já existem.

João Andrade, representante do Conselho de Escolas, iniciou a sua intervenção referindo que em sede de reprogramação existe uma preocupação a ter em conta, em linha com a realidade mutante dos últimos anos, que está a afetar a educação e a formação em Portugal. Deixámos de ser um país de emigrantes para passarmos a ser fortemente um país de imigrantes. Continuou referindo que, neste momento, nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, e na formação profissional, porque muitos desses alunos procuram este tipo de formação, há um sério problema, quer de recursos, quer de dificuldades para lidar com esta mutação. Referiu que na sua escola, que possui educação de adultos à noite, existem 82 nacionalidades, sendo que, no ensino diurno, são mais de 50 as nacionalidades, o que cria um grande problema ao nível da formação e da educação. Há falta de recursos específicos para lidar com esta nova realidade, quer em termos de quantidade, quer de know-how. Exemplificou que, se uma turma tiver 10 alunos paquistaneses que não falam português, independentemente de estes poderem ser alunos de elite e com alto potencial, não poderá existir boa comunicação entre professores e alunos.

Entende que, numa eventual reprogramação ou reorientação, esta situação deveria ser considerada na política europeia ou na política nacional, até por questões de equidade e de inclusão, tanto mais que, tratando-se de alunos estrangeiros, facilmente poderemos ser acusados de xenofobia ou de discriminação.

A presidente do CA agradeceu o contributo de João Andrade, reforçando que há por parte da CE o aconselhamento de usar o *Country Report* e o Semestre Europeu para fazer a revisão intercalar do programa, sendo que o aspeto que acabou de ser referido é precisamente sinalizado pelos resultados do Relatório PISA, em concreto o risco de os indicadores de abandono escolar precoce poderem ser prejudicados exatamente porque a imigração está a acontecer mais rapidamente do que a capacidade que as escolas têm de se adaptar a estas pessoas, principalmente pela barreira linguística.

Em complemento, **Joaquim Bernardo** quis deixar a nota de que neste momento há um novo plano de recuperação das aprendizagens, em que uma das suas componentes inovadoras face ao plano anterior tem a ver com a resposta ao crescimento da população imigrante nas escolas de todo o território e, como tal, poderá existir algum apoio do PESSOAS 2030

em medidas que já estão no plano de recuperação de aprendizagens e poderão ser cofinanciadas ainda neste ano letivo. Será avaliada a necessidade de fazer um ajustamento mais fino do ponto de vista da sua redação para acomodar esta novidade no plano referido.

Deu ainda nota da existência de uma tipologia – Aprendizagem língua portuguesa de cidadãos estrangeiros – em que houve a necessidade de reforçar a dotação inicial do Aviso face ao inicialmente estabelecido para dar resposta à necessidade de formação específica em língua portuguesa para imigrantes que é considerado um fator fundamental da sua integração social, na escola e no apoio às famílias.

São questões que, na sua perspetiva, podem implicar alguns ajustamentos em matéria de reprogramação, ou seja, apesar da componente da imigração já constar da programação, não tinha a dimensão que atualmente tem.

A presidente da CA encerrou o debate, referindo considerar que o objetivo das questões apresentadas foi atingido. Não se pretendia propriamente obter respostas e sim obrigar a uma reflexão sobre as questões, manifestando o compromisso do PESSOAS 2030 em fazer essa reflexão.

7. Outros Assuntos

Não existindo outros assuntos a debater, a presidente da CA procedeu ao encerramento da 5.ª reunião do CA, agradecendo aos dirigentes do PESSOAS 2030 que se encontravam presentes na reunião, em representação de todos os trabalhadores, e salientando que sem o empenho e a colaboração dos mesmos não se teria conseguido gerir quatro programas operacionais em simultâneo.

Terminou a apresentação com a exibição do vídeo do Encontro de Quadros do PESSOAS 2030, realizado em outubro.

Lista de Anexos

ANEXO I – Lista nominal de presenças por organismo

ANEXO II – Apresentação de suporte à reunião

ANEXO III – Critérios de seleção aprovados_14nov2024